1) CASO ALUÍZIO PALMAR:

Aluízio Ferreira Palmar nasceu em maio de 1943, no Estado do Rio de Janeiro. Casado com Eunice de Almeida[1], teve quatro filhos: Florita, Andréa, Alexandre, Ana Luiza e Janaina de Almeida Palmar, os dois primeiros nascidos no exílio.

Integrante de uma família humilde, ingressou na juventude ao mesmo ao mesmo tempo em que ia descobrindo o mundo e os sonhos, desvelando a política e as adversidades de um país em que a maior parte da sociedade enfrentava imensas dificuldades no cotidiano:

> "Eu tinha 18 anos quando ingressei no Partidão, mas minha aprendizagem começou na adolescência. Antes de completar 15 anos, já havia lido *A Mãe*, de Gorki, algumas obras de Graciliano Ramos e também de Jorge Amado. Eu tomava os livros emprestados do doutor Cunha, um geólogo que

[1] Vide Certidão de Casamento, apenso a Requerimento de Anistia nº 2001.01.00330, de Aluízio Palmar, Anexo Condor-061, p. 27.

pesquisava o solo rico de malacacheta de minha cidade natal, São Fidélis, Norte do Estado do Rio.

Meu primeiro contato com o marxismo aconteceu em 1958. Foi por intermédio de um grupo de operários calceteiros que pavimentava com paralelepípedos as ruas da cidade. Eles pertenciam a uma base do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da vizinha cidade de Campos.[2]

[...]

O péssimo serviço prestado pela empresa concessionária do transporte marítimo entre Niterói e Rio de Janeiro deu origem, em maio de 1959, a uma revolta popular de grande envergadura. O que havia começado como um protesto localizado acabou propagando-se por toda a cidade e assumindo um aspecto de insurreição. A manifestação começou pela manhã, atravessou a noite e o saldo foi a depredação da estação das barcas, intervenção militar, seis mortos e uma centena de feridos.

Eu participei ativamente da rebelião das barcas, que por sua vez teve uma grande influência em meu processo de conscientização. Durante a revolta popular, chamou

[2] PALMAR, Aluízio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Travessa Dos Editores, 2007. p. 169

minha atenção a atitude democrática e de solidariedade com a massa trabalhadora tomada pelo então governador fluminense Roberto Silveira, um dos mais influentes políticos do PTB." [3]

[...]

Em agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou, minha militância no movimento estudantil de Niterói era intensa. Mais uma vez a então capital do Estado do Rio se mobilizou, dessa vez para defender a legalidade, ameaçada pela tentativa de impedir a posse de João Goulart. Esse fato impulsionou o movimento de massas e elevou o nível de consciência dos trabalhadores. Naqueles dias a trincheira de luta era no Sindicato dos Operários Navais, localizado no bairro de Barreto, e lá estávamos reunidos esperando as ordens do Comitê Central do Partido.[4]

[...]

Nós não tínhamos dinheiro para sentar à mesa de bar, éramos trabalhadores assalariados, cheios de contas e vivendo num país devorado pela inflação.

[...]

---

[3] PALMAR, Aluízio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Travessa Dos Editores, 2007. p. 171.
[4] PALMAR, Aluízio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Travessa Dos Editores, 2007. p. 172.

> Naquela altura do campeonato, não bastasse eu ainda morar em São Gonçalo, trabalhar no Rio e estudar em Niterói, já não viajava mais no sucatado trem da Leopoldina. Passei a andar de bonde, de ônibus e de trolebus, que era um ônibus elétrico; dependendo é lógico de quanto havia sobrado do salário minguado ou do que havia restado da féria na gaveta do armazém de papai.[5]

Daquele ambiente conturbado adveio o golpe de 1964. O livro "Onde foi que vocês enterraram nossos mortos[6], cujos trechos estão citados acima, é em boa medida uma autobiografia e um testemunho daquele fatídico período e de décadas de militância e resistência, percorre fatos e eventos que atingiram muitos dos que ousaram se opor à ditadura brasileira e permite conhecer um pouco mais sobre vários daqueles que foram presos, torturados, desaparecidos ou mortos.

Aluízio relata a experiência do golpe de 1964 da seguinte forma:

> Em 1963 e 1964 o Brasil começava a pensar por si mesmo, a tomar consciência de seus problemas e de como resolvê-los por conta própria. Parecia que o país inteiro estava ficando mais inteligente. Em todos os cantos, nos botequins e salas de aula, nos

[5] PALMAR, Aluízio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Travessa Dos Editores, 2007. p. 174.
[6] PALMAR, Aluízio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Travessa Dos Editores, 2007. p. 167-175, vide esta publicação na íntegra anexa à versão eletrônica deste relatório em Anexo Condor-060.

papos da fila do ônibus, na saída do cinema, na praia, todo mundo tinha ideias novas, questionava e queria descobrir o que estava errado com o Brasil. As pessoas estavam conscientizando-se e acreditavam que as mudanças eram possíveis.

No dia 13 de março, mais de cem mil pessoas se concentraram no Comício da Central. O presidente João Goulart afirmou para a multidão que era chegada a hora das reformas e que as estruturas do país estavam ultrapassadas e não poderiam mais realizar o milagre da salvação nacional de milhões de brasileiros. Ainda no Comício Pró-Reformas de Base, Jango disse que "a maioria dos brasileiros não se conforma com a ordem social vigente, imperfeita, injusta e desumana".

Foi então que aconteceu o golpe militar patrocinado pelas elites econômicas e políticas brasileiras que viam no governo João Goulart uma ante-sala para a instalação de um regime comunista no Brasil. Na exacerbação da luta de classes e paranóia da Guerra Fria, as propostas de reformas de base do governo foram atropeladas por tanques e fuzis, sob o aplauso entusiasmado de empresários, fazendeiros, grande parcela da

Igreja Católica e da classe média. Ruas e praças foram ocupadas por tropas do Exército e os agentes policiais corriam de um lado para outro em busca dos perigosos agentes de Moscou, Pequim e Havana. Para evitar que eu fosse preso, meu pai me levou às escondidas para o sítio do tio Antônio, na Serra da Venturosa, em São Fidélis, interior do Estado do Rio. [7]

[...]

"Na véspera, ainda resistíamos nas ruas de Niterói. As notícias eram de mobilização de tropas em Minas Gerais e de manifesto golpista. Na tarde do dia 31 de março organizamos uma passeata e saímos em marcha pela Avenida Almirante Amaral Peixoto gritando palavras de ordem em defesa do governo João Goulart, da democracia e das reformas.

[...]

Na manhã seguinte, 1º de Abril, estávamos na sede do PCB no Edifício Ájax, atentos ao noticiário que informava sobre o avanço dos golpistas em todo o país, quando alguém exclamou, não sei se foi Afonsinho ou Miguel Batista: "Vamos resistir"! Foi então que eu

[7] PALMAR, Aluízio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Travessa Dos Editores, 2007. p. 176.

> peguei o Aquiles Reis pelo braço e pedi que me acompanhasse até São Gonçalo para despedir-me de meus pais e apanhar umas mudas de roupa.
>
> Chegamos em casa por volta das onze horas da manhã. Mamãe estava na cozinha e quando ela nos viu diminuiu o volume do rádio, que, naquela altura dos acontecimentos, transmitia apenas marchas e dobrados militares. Tirou o avental e nos recebeu com beijos. Não foi nem preciso que eu revelasse o motivo de minha chegada, assim, sem mais nem menos. Sua intuição materna era suficiente para que ela percebesse o que estava acontecendo. Por isso não disse nada. Preparou o café com leite, destapou a manteigueira e ficou muda enquanto nos acompanhava até o portão. Beijei-lhe a face molhada pelas lágrimas de seu pranto mudo e fui." [8]

Naqueles tempos de juventude Aluízio estudou Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense e, devido à sua militância revolucionária, não terminou o curso:

> "Em meados de 1968 tive que abandonar meus estudos na Faculdade de Filosofia, Ciências e

[8] PALMAR, Aluízio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Travessa Dos Editores, 2007. p. 167-168

> Letras, da UFF [Universidade Federal Fluminense], por haver sido intimado a comparecer no Forte Rio Branco, em Niterói. Sabendo da prisão de outros colegas naquela guarnição da Marinha, me desloquei para o Paraná, onde fui preso em 04 de abril de 1969".[9]

Fundador do MR 8[10] (o primeiro, de Niterói), em 1969 é preso e trocado, junto com outros revolucionários pelo embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Após sua libertação e banimento do País, passou a militar na VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, organização que militavam também as seis vítimas da chacina do Parque Nacional do Iguaçu, caso relatado anteriormente. Com a anistia política de 1979, voltou ao Brasil e deu início à carreira jornalística em Foz do Iguaçu.

Documento oriundo da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, datado de 1º de dezembro de 1997, relaciona os registros localizados à época nos arquivos da repressão a respeito de Aluízio Palmar, sob a guarda daquele órgão. O documento evidencia a extensão e a intensidade do monitoramento de Aluízio de 1969 até 1988, já em pleno processo de redemocratização do país:

> "Em conformidade com a Portaria n° 008, de 16 JAN 96, da Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República, [...] informo que nos arquivos em poder desta Subsecretaria há registros

[9] Vide Requerimento de Anistia nº 2001.01.00330, de Aluízio Palmar, Anexo Condor-061, p. 3, 8-10, 71.
[10] O MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) era uma organização política de ideologia comunista. Surgida em 1964 no meio universitário da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, com o nome de Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) foi depois rebatizada em memória ao dia em que Ernesto "Che" Guevara foi capturado, na Bolívia, em 8 de outubro de 1967.

sobre fatos e situações com as seguintes indicações a respeito do requerente:

ALUÍZIO FERREIRA PALMAR [...]

Foi redator do semanário "Hoje Foz"; editor e redator do semanário "Nosso Tempo" em Foz do Iguaçu/PR; presidente da Comissão Executiva Municipal do Partido Democrático Trabalhista de Foz do Iguaçu/PR (PDT/FI/PR); e membro do Diretório Regional do PDT/PR.

Em 69, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado no Rio de Janeiro, para apurar atividades desenvolvidas pela organização subversiva denominada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). No relatório do inquérito foram registrados os seguintes dados sobre o requerente: codinome "André"; foi um dos fundadores e dirigentes do movimento, pois tomou parte na Frente de Quadros; em MAR 68, partiu para o sudoeste do Paraná a fim de fazer um levantamento topográfico da região e sobre as condições de vida de seus habitantes; e, comprou um sítio para servir de "aparelho" ao movimento. Em 29 SET 69, o encarregado do inquérito concluiu que o requerente infringiu os arts.

21 e 23 do Decreto-Lei nº 314/67. Como os fatos apurados constituíam crimes de competência dos tribunais militares, remeteu os autos ao Chefe do Estado-Maior da Armada, a quem incumbia providenciar sobre a remessa à autoridade competente na forma do art. 117, § 2°, do CMJ.

Em 25 FEV 69, foi intimado a comparecer no quartel do Forte Rio Branco, a fim de prestar declarações no caso em que era indiciado Lizt Benjamim Vieira. Não constam maiores dados sobre o assunto.

Em 07 ABR 69, foi preso na 5ª Cia de Polícia do Exército[11], por determinação do comandante da 5ª Região Militar, por estar indiciado em IPM. Em 28 MAIO 69, foi transferido para o 1º Distrito Naval no Rio de Janeiro.

Em MAIO 69, foi indiciado em IPM, mandado instaurar pelo Comandante da 5ª Região Militar (5ª RM) e 5ª Divisão de Infantaria (5ª DI), conforme portaria n° 119-AJ/4, de 11 BAR 69, para apurar

[11] A 5ª Cia de Polícia do Exército e o comando da 5ª Região Militar funcionavam em edificação do exército onde atualmente é a Praça Rui Barbosa, em Curitiba. Nesse local, muitos dos presos políticos foram torturados e mantidos incomunicáveis, sem direito à defesa ou a um advogado. Décadas mais tarde a edificação foi demolida e deu lugar a novo espaço da Prefeitura Municipal de Curitiba denominado "Rua da Cidadania", onde funcionam serviços municipais, um mercado ambulante e estacionamento público.

atividades subversivas em Cascavel/PR e municípios adjacentes. No relatório do inquérito, verificou-se que no dia 04 ABR 69 o requerente foi detido em Cascavel/PR, após um acidente de trânsito e que além de tentar usar um documento de identidade falso em nome de JOSÉ DE AUGUSTO LIMA, transportava vários livros e publicações de caráter comunista, conforme constou do auto de apreensão. [...] Do exposto, o Encarregado do inquérito concluiu que o requerente fazia parte de um grupo organizado orientado por uma chamada "coordenação", com elementos intermediários chamados "contatos" e com executantes, grupo cujo objetivo era o de implantar no pais um regime comunista obedecendo a um planejamento que passava pelas fases de levantamento das possibilidades, da politização esquerdista e da insurreição armada. Em 09 MAIO 69, solicitou a decretação da prisão preventiva do requerente de acordo com a letra "b" do art. 149 do CJM. E como o fato apurado constituía crime da competência da justiça militar, remeteu os autos ao comandante da 5ª RM e 5ª DI, a quem incumbia solucionar e remeter à autoridade

competente, na forma do § 2° do art. 17 do CJM. Em 23 MAIO 69, o comandante da 5ª RM e 5ª DI, verificou que o fato apurado constituía crime previsto no Decreto-Lei nº 314/67, modificado pelo Decreto-Lei n° 510/69, e determinou que os autos fossem remetidos ao auditor da Auditoria daquela Região Militar, para fins de direito de acordo com o art. 44 do Decreto-Lei n° 510/69. Em sessão de 22 MAIO 69, o Conselho Permanente de Justiça (CPJ) da Auditoria da 5ª RM, por unanimidade, decretou a prisão preventiva do requerente, a fim de que permanecesse preso à disposição do encarregado do IPM. Em 02 JUN 69, foi denunciado no processo nº 127/70, na 5ª Circunscrição Judiciária Militar (5ª CJM), recebida em 06 JUN 69. Pelo desaforamento n° 174, o Superior Tribunal Militar (STM) determinou a remessa dos autos para a 2ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM, por haver conexão com o processo n° 70/69[12], seguindo o processo o rito

[12] O IPM 70/69 (vide Anexo Condor-062), aberto no Rio de Janeiro pela 1ª Auditoria da Marinha, teve como encarregado do inquérito o militar Clemente José Monteiro Filho e investigava o MR-8. Foram denunciados na peça acusatória inicial de onze páginas, pelo procurador da Justiça Militar, João Vieira do Nascimento, trinta e três pessoas, entre elas Aluízio Ferreira Palmar, Cesar Cabral e Luiz Fábio Campana. O processo atingiu mais de 8.400 páginas (9 volumes, 26 anexos, 3 apensos e um índice). Um segundo IPM, de número 600/71 (vide Anexo Condor-063), foi aberto em Curitiba a partir de denúncia do procurador da Justiça Militar da 5ª CJM, Alceu Alves dos Santos. Ambos os processos integram o acervo do *Brasil Nunca Mais Digital* e estão disponíveis no seu repositório em

do antigo CJM, na forma do art. 711, Código de Processo Penal Militar (CPPM), com interrogatório ao final. Não encontrado o acusado, foi expedido edital de intimação, para o dia 13 MAR 79. Em 29 AGO 70, foi condenado pela 2ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM, no processo nº 70/69, à pena de 06 (seis) anos de prisão, como incurso no Decreto-Lei nº 510/69, tendo sido considerado o início da pena em 27 de MAI 69.

Em JUL 69, constou de relação de militantes presos pertencentes a Organização Político Militar (OPM), conhecida como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Em NOV 69, foi encaminhado ao CENIMAR no Rio de Janeiro/GB, onde foi indiciado em novo IPM. Encontrava-se preso à disposição da justiça.

Em 09 DEZ 69, constou de relação de presos políticos pertencentes ao MR-8 à disposição da 1ª Auditoria da Marinha, em fase de sumário de culpa e que se encontravam em greve de fome no presidio da Marinha.

---

http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/ . Luiz Fábio Campana foi ouvido pela CEV-PR em audiência Pública realizada pela CEV-PR nos dias 29 e 30 de setembro de 2015 e seu testemunho está disponível no anexo à versão digital deste relatório.

Em 70, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional elaborou exposição de motivos ao Presidente da República, relativamente a representação do presidente da extinta Comissão-Geral de Inquérito Policial Militar (CG/IPM), para suspensão dos direitos políticos do requerente, estudante no Paraná, nos termos do Decreto-Lei n° 459, de 10 FEV 69. A Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsar a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelos demais Órgãos de Informações e ouvir o Conselho de Segurança Nacional (CSN), sugeriu, na conformidade do art. 5º do Ato Complementar nº 39, a suspensão dos direitos políticos do requerente pelo prazo de 10 (dez) anos, consoante disposição no art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 DEZ 68 (AI/5).

Em Dez 70, constou de relação de presos considerados subversivos, recolhidos sob custódia na Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIPE) na Ilha Grande/RJ.

Ainda em DEZ 70, foi proposto para ser trocado pelo embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, sequestrado a 07 DEZ 70, no Rio de

Janeiro/GB. Em declaração de próprio punho concordou com a indicação de seu nome, arcando com a consequente medida de banimento do pais.

Através do Ato Institucional n° 13, de 05 de SET 69, Decreto nº 68.050, de 13 JAN 71, foi banido do Território Nacional e expulso, na conformidade do art. 108 e seu § único, combinado com o art. 108 do Decreto nº 66.689, de 11 JUN 70, em troca da liberdade do embaixador suíço no Brasil.

Constou de relação de brasileiros banidos que viajaram ao Chile em 14 JAN 71.

Em 72 constou de relação de brasileiros que deixaram o Chile.

Em 01 JAN 79, com a entrada em vigor da emenda Constitucional n° 11, de 17 OUT 78, o requerente deixou de ser considerado pessoa banida do Território Nacional.

Em AGO 78, constou de relação de brasileiros refugiados na República da Argentina, com provável localização no município de Rafael Castillo/RA.

O jornal "O Estado de São Paulo", edição de 03 JAN 79, publicou relação onde constou o nome do requerente como sendo um dos beneficiados com a revogação de banimento,

determinado pelo Ato Complementar nº 64, de 05 SET 69 e pelos Decretos n° 66.319/70, 66.761/70 e 68.050/71.

Em MAR 79, fez parte de uma relação de ex-banidos, que tiveram seus processos ou condenações sobrestadas por força do banimento, revogado pelo Decreto n° 82.960, de 29 DEZ 78.

Em 19 JUN 79, retornou ao Brasil, sendo integrado a equipe redatorial do semanário «Hoje Foz", em Foz do Iguaçu/PR, onde passou a residir.

Entre 02 e 03 FEV 80, participou do Encontro dos Comitês Brasileiros pela Anistia da Região Sul, realizado em Curitiba/PR.

Em 22 FEV 80, fez a segurança pessoal de Leonel Brizola, quando de sua chegada a Foz do Iguaçu/PR, para participar da reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro local.

Em 14 JUL 80, representando a Comissão de Justiça e paz de Foz do Iguaçu/PR, participou dos debates, conversações e reivindicações, nas proximidades do escritório regional da Itaipu em Santa Helena/PR, entre os agricultores residente na área do futuro lago da hidrelétrica e o

Diretor Jurídico Adjunto da Itaipu Binacional.[13]

Em OUT 80, estava a serviço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em Foz do Iguaçu/PR.

Em MAR 81, participou de reunião do Partido Comunista Paraguaio, em Foz do Iguaçu/PR.

Em ABR 81, editor e sócio-proprietário semanário "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu/PR, foi indiciado no inquérito policial nº 030/81/DPF/SR/PR, mandado instaurar pelo comandante a 5ª [inelegível] com a finalidade de apurar responsabilidades quanto à veiculação no referido semanário, de artigos considerados ofensivos às Forças Armadas e autoridades constituídas, por infringência dos arts. 14 e 42, item V, da Lei nº 6.620/78. Em 15 JUN 81, foi denunciado na Auditoria da 5ª CJM, com base no art. 14 da Lei n° 6.620/78, cujo processo tomou o nº 10/81-9. O Juiz-Auditor da 5ª CJM não aceitou a denúncia solicitada, alegando que a acusação omitiu elementos e requisitos indispensáveis à caracterização do

[13] Sobre os eventos que atingiram campesinos e indígenas no processo de construção da usina hidrelétrica de Itaipu-Binacional, Aluízio Ferreira Palmar foi ouvido em audiência Pública realizada pela CEV-PR nos dias 29 e 30 de setembro de 2015. O arquivo em vídeo está disponível no anexo a versão eletrônica deste relatório.

delito. Da decisão do Juiz-Auditor, o Procurador Militar junto a 5ª CJM recorreu ao STM que, por unanimidade, determinou que a denúncia fosse aceita. Em 27 SET 82, após interrogatório do acusado e audiência das testemunhas arroladas pelo Ministério Público Militar (MPM) e defesa, o requerente foi julgado e absolvido. Houve recurso para o STM. Em 28 ABR 83, por maioria, foi mantida a absolvição do requerente, entretanto, houve embargo do MPM ao STM quanto a absolvição.

Em 23 SET 81, como editor do semanário "Nosso Tempo" editado em Foz do Iguaçu/PR, foi acusado de contravenção penal, juntamente com outros, no Processo Contravencional n° 202/81, tipificado no art. 47 da Lei das Contravenções Penais, Decreto-Lei nº 3.688, de 03 OUT 41, instaurado pela Divisão de Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR. O requerente foi acusado de exercer no período de ABR e MAIO de 81, a profissão de jornalista, em desacordo com o Decreto-Lei n° 972/69, regulamentado pelo Decreto nº 83.284/79, segundo estava demonstrado nos autos de infração nº 22.837 e 22.843 lavrados, respectivamente, nos dias 27 e 30

ABR 8J, pela Delegacia Regional do Trabalho em Foz do Iguaçu/PR.

Em 24 NOV 81, a Câmara Municipal de Cascavel/PR aprovou requerimento consignando voto de repúdio a denúncia proferida pejo procurador da Justiça Militar contra o requerente e outros jornalistas pertencentes ao quadro editorial do semanário "Nosso Tempo" de Foz do Iguaçu/PR, acusados de terem violado o art. 14 da LSN.

Em 82, constou de relação de candidatos à deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT/PR), às eleições de 15 NOV 82, apoiados por organizações subversivas.

Em 25 JUL 82, foi escolhido candidato à Câmara Federal nas eleições de 15 NOV 82, através da Convenção Regional do PDT/PR, realizada em Curitiba/PR.

Em JAN 83, era membro da Comissão de Justiça e PAZ (CJP) de Foz do Iguaçu/PR, reconduzido para o biênio 82/84.

Em 12 JUN 83, esteve presente à reunião do Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Paraguaio, realizada no plenário da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu/PR, tendo como objetivo discutir os problemas dos presos políticos daquele país.

Em OUT 83, escreveu um artigo no semanário 'Nosso Tempo", em defesa do presidente chileno Salvador AlJende.

Em DEZ 83, era ligado ao Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Paraguaio.

Constou de relação de pessoas que no período de 02 a 04 ABR 84, visitaram Juvêncio Mazarollo na prisão.

A imprensa paraguaia publicou que o requerente, Deputado Estadual pelo PDT, iria presenciar um comício em comemoração ao 48° aniversário da Revolução de Fevereiro, organizado pelo Partido Revolucionário Febrerista (PRF) do Paraguai, numa praça pública de Assunção.

Entre 11 e 12 AGO 84, secretariou uma reunião denominada Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio, realizada no Colégio Agrícola Manoel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu/PR, com a finalidade de protestar contra a ditadura paraguaia e emprestar solidariedade ao povo daquele pais na luta pela democratização.

Em 85, era membro do Diretório Regional do PDT e

presidente do Diretório Municipal daquele partido em Foz do Iguaçu/PR.

Em 17 MAR 85, compôs a mesa diretora do I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Santa Terezinha do Itaipu/PR, cuja finalidade foi debater a situação do trabalhador sem-terra e a reforma agrária.

No período de 21 a 22 ABR 85, durante a realização do I Encontro dos Estudantes Universitários do Oeste, em Foz do Iguaçu/PR, teceu críticas ao regime anterior, em decorrência da situação socioeconômica do país e, pelas negociações realizadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em 21 JUL 85, na qualidade de membro do diretório regional do PDT de Foz do Iguaçu/PR, compôs a mesa dos trabalhos do I Encontro da Juventude Árabe-Palestina do Paraná, realizado no salão de Convenções Dona Leopoldina do D. Pedro Palace Hotel, em Foz do Iguaçu/PR.

Em 01 OUT 85, foi indicado candidato a Vice-Prefeito de Foz do Iguaçu/PR, às eleições de 15 NOV 85, pelo PDT/PR. Entretanto desistiu da candidatura.

Em 19 NOV 85, esteve presente ao ato público de

lançamento oficial da Comissão Diretora Municipal Provisória (CDMP) de Foz do Iguaçu/PR do Partido Comunista Brasileiro (PCB), realizado na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu/PR.

Entre 14 e 15 DEZ 85, participou do II Fórum das Juventudes Políticas do Cone Sul, promovido peja Juventude Estadual do PMDB, realizado em Foz do Iguaçu/PR.

Em 86, pertencia do Comitê Regional do MR-8 no Paraná.

Em 05 FEV 86, foi coordenador de um debate sobre reforma agrária, promovido pela Coordenação Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadoras, realizado no Diretório Acadêmico Nilo Cairo (DANC), em Curitiba/PR.

No período de 23 a 24 AGO 86, participou da mesa diretora do I Encontro de Dirigentes de Base, com lideranças camponesas do Departamento do Alto/Paraguai realizado em Foz do Iguaçu/PR.

Em MAR 87, constou de relação de militantes, simpatizantes das facções comunistas e atividades de esquerda, infiltrados nos órgãos de comunicação social do Paraná.

Em 08 MAIO 88, foi escolhido membro do diretório regional do PDT, para o biênio 88/90, através

> da Convenção Regional do Partido, realizada em Curitiba/PR.
>
> É o que se contém arquivado neste Órgão até a presente data."

Isolamento, incomunicabilidade e tortura acompanharam Aluízio Ferreira Palmar em todas as vezes em que esteve preso nas mãos da repressão, sob a guarda e responsabilidade do Estado. Em 04 de abril de 1969 na cidade de Cascavel, após passar uma noite no pau-de-arara, recebendo choques elétricos e afogamento, foi enviado para o 1º Batalhão de Fronteiras, em Foz do Iguaçu, onde continuou sendo torturado e por fim, conduzido algemado na parte traseira de um veículo veraneio para a cidade de Curitiba. Na capital do Estado do Paraná passou por torturas na Companhia da Política Exército, então situada na Praça Rui Barbosa[14] e em diversas ocasiões na sede da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS. O relatório da DOPS-PR, de 18 de novembro de 1970, "referente às detenções [...] do MR-8 [no Paraná][15]", assinado pelo delegado Ozias Algauer registrou as unidades que o prenderam e locais onde ficou detido:

> "detido pelo delegado de Polícia da 7ª Subdivisão Policial – Cascavel, naquela cidade, e conduzido à esta capital por elementos desta DOPS, ficando detido na 5ª Cia de Polícia do Exército, à disposição do CENIMAR."[16]

---

[14] Refere-se ao Quartel da Polícia do Exército, que funcionava da Praça Rui Barbosa, em Curitiba, PR.

[15] O relatório informa quer haviam sido detidos no Paraná, além de Aluízio Ferreira Palmar: na cidade de Laranjeiras do Sul: Sebastião Medeiros Filho, Marco Antônio Faria de Medeiros, Antônio Rogério Garcia da Silveira e Joseph Bartholo Galvet e, em Curitiba: Nielse Fernandes, João Manoel Fernandes, Maria Cândida de Souza Gouveia, Iná de Souza Medeiros e Milton Gaya Leite. Vide Anexo Condor-068. Outro relatório, relativo ao ano de 1969, datado de 29 de dezembro do mesmo ano, inclui mais dois presos à lista: Ivens Marcheti do Monte Lima e Maria da Glória Leite. Vide Anexo Condor-069, p. A prisão destas pessoas, segundo relatório de 17 de julho de 1969, do delegado Ozias Algauer, foi uma operação, um " plano conjunto DOPS · -· RP - RFFSA/SET/SEG, bem como, com a ajuda da 5ª CIA. PE".

[16] Vide Anexo Condor-068, p. 1. 1.

Contraditórios, os vários relatórios da DOPS-PR registravam informações diferente, de acordo com a finalidade das mesmas. Nos documentos destinados à comunidade de informações, passava a ideia de que os movimentos de resistência à ditadura haviam sido debelados, seus membros presos e punidos e os que estavam soltos não mais perseveravam no propósito de combater a ditadura. Complementava que durante as detenções haviam logrado apreender materiais impressos subversivos e publicações comunistas. Já nos relatórios que instruíam os inquéritos, informavam que os presos, no ato da detenção, estavam fortemente armados, que pertenciam a grupos de terroristas muito bem organizados e de alta periculosidade e que via de regra alguns haviam reagido à prisão, o que justificava militantes feridos. Exemplos dessa contradição são:

- Relatório de 08 de maio de 1969, do mesmo delegado Ozias Alguauer, que informava que:

> "Em Relatórios anteriores esta DOPS informou que os Movimentos Estudantis estavam em fase de decadência, dadas as prisões e consequentes condenações dos seus líderes.
>
> [...]
>
> Também, no transcurso do mês findo, foi detido como GUERRILHEIRO e SUBVERSIVO o estudante: ALUIZIO FERREIRA PALMAR, que, apesar de residente no Rio de Janeiro, exerce suas atividades no Paraná.
>
> [...]
>
> Em poder do mesmo, foram apreendidos diversos mapas referentes a várias áreas de terras - Zona Cascavel, aonde o mesmo fazia

> seus treinamentos juntamente com outros pertencentes ao Grupo.
>
> [...] a previsão é que continue como está, ou seja, quase inerte, ninguém querendo ser líder, face as penas que o Governo justamente as aplica, através os órgãos competentes."[17]

O relatório da DOPS de 29 de dezembro de 1969, do mesmo delegado Ozias Algauer, especificamente sobre o MR-8, corroborava a mesma informação, dizia que:

> "[...] [a organização do MR-8] era composta de jovens, na maioria estudantes [...] vindo [esta DOPS-PR] a desbaratar uma Organização já meio dispersa."[18]

O relatório de julho de 1969, o citado delegado informa o que fora apreendido com os detidos, não constando na lista armas e munições:

> "Fora arrecadados pouco mais de NCr$ 8.ooo,oo (oito mil cruzeiros novos) em dinheiro, alguns moveis, vários objetos de estimável valor, três veículos, sendo, uma Rural Wyllis e dois Volkswagen, além de farto- material subversivo, que serviram para caracterizar os objetivos da Organização (materiais esses, em poder do CENIMAR,

[17] Vide Anexo Condor-069, p. 8 -9 e 11.
[18] Vide Anexo Condor-069, p. 1.

> mediante auto de apreensão feito por esta DOPS)."[sic] [19]

Não obstante, o relatório de 18 de novembro de 1970, também do delegado Ozias Algauer, portanto bem posterior a todos os outros citados, produzido para responder a imprensa que havia divulgado notícias sobre violências ocorridas durante as prisões de integrantes do MR-8 no Paraná, informa que dos cinco detidos em Curitiba, três estariam armados e com grande estoque de munições, sendo que e um teria reagido "à mão armada" e que os demais só não o fizeram porque a eficiência da ação policial não lhes permitiu. Neste relatório há também insistente registro que de todos teriam recebido "um tratamento condigno, como é de praxe" e encerra afirmando que:

> Torturas, e outros meios de se obter confissões, não foram usados por esta especializada, que em princípio, é contra tal prática." [20]

O jornalista gaúcho Políbio Braga, em seu livro *Ahú, Diários de Uma Prisão Política*[21], relata as noites de terror em que Aluízio Palmar era tirado do Presídio do Ahú e levado para a tortura.

Com a queda do MR-8, a repressão identificou a real organização política de Palmar e ele foi mandado para o Rio de Janeiro, onde novas torturas lhe foram impingidas no CENIMAR, no Presídio da Ilha das Cobras e na Base Naval da Ilha das Flores, até que após sua condenação foi cumprir pena no Presídio da Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro. No processo de apelação nº 38.495, uma das raras oportunidades em que os presos políticos eventualmente conseguiam registrar as torturas a que erram submetidos

---

[19] Vide Anexo Condor-069, p. 6.

[20] Vide Anexo Condor-068.

[21] Ahú, Diários de uma prisão política, Editora Editorial Movimento XXI, 1ª edição.

durante os interrogatórios, Aluízio conseguiu registrar suscintamente o que acontecia nas verdadeiras masmorras da repressão:

> "(...) que no dia 4 de abril de 1969 foi preso às 17 horas , na cidade de Cascavel; que dessas 17 horas até as 20 horas foi submetido a um brutal espancamento por parte de 20 homens, policiais da delegacia de Cascavel e jagunços (...) fiscais das companhias imobiliárias e que estão a serviço da polícia; que nesse espancamento aplicaram ao declarante, telefone , espancamento nos rins , no estômago até que o deixassem sangrando; que, após essas 20 horas, como já não fossem suficientes esses espancamentos o colocaram no famoso pau-de-arara e que ficou pendurado no pau-de-arara das 20 horas às 3 horas do dia seguinte; que foi preciso, inclusive , substituir um ferro que eles usam para pendurar porque o outro tinha amassado depois de tanto tempo em que o declarante estava pendurado; que enquanto estava no pau- de- arara continuaram os espancamentos e lhe aplicaram uma tortura chamado "caldo" ,ou seja, afogamento, isto é, aplicação de água nas narinas e jato d'agua no rosto e como isto não fosse suficiente ainda, colocaram um

pano molhado em seu rosto e continuaram com os jatos d'água; que saiu desta tortura às 3 horas do dia 5 de abril de 1969; que ficou paralítico durante quase uma hora após o suplício, ou seja, não sentia tato e não tinha controle dos órgãos motores; que as torturas continuaram no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, no DOPS de Curitiba, prosseguindo, então, com menor intensidade; que os responsáveis por essas torturas são representantes de uma mentalidade obscurantista, Dr. Agostinho, delegado de Cascavel e policiais que só deram apelidos; que isso com a convivência da 5ª Região Militar, foi instaurado Inquérito Policial Militar, ainda em abril de 1969, pelo comandante da 5ª Região Militar, para apurar a sua prisão e os motivos dela; que respondeu a este inquérito no Primeiro Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, sendo responsável pelo mesmo o capitão Gralha; que respondeu a este inquérito, em uma situação de total incomunicabilidade; que não podia fumar, receber visitas, ler jornal ou qualquer outra publicação e sem banho de sol; que ficou dois meses e meio incomunicável, setenta e cinco dias incomunicável, constantemente ameaçado de novas

> torturas , de fuzilamento e coação sob sua família; que, em maio de 1969, entre os dias 20 a 30 foi decretada a sua prisão preventiva pela Auditoria da 5ª Região e dias após veio transferido para a Ilha das Flores no Rio de Janeiro, indiciado como lhe disseram neste IPM sob a responsabilidade do capitão José Clemente; que ficou mais vinte e cinco dias incomunicável; que ficou trancado vinte e cinco dias num banheiro, sem ventilação, local onde teve três desmaios; que perguntava sempre ao encarregado do IPM o porquê de sua incomunicabilidade e o porquê de sua remoção para o Rio se já estava sub judice, com audiência de qualificação marcada para junho em Curitiba; que as suas perguntas ele respondia que fatos novos surgiram; que foi aberto outro IPM e que o Inquérito do Paraná seria anulado; que terminou o IPM e hoje se vê em situação ilegal, (...) que foi submetido a torturas brutais, dois meses e meio de isolamento , está há nove meses e meio preso, (...)"

Lamentavelmente, neste processo há intenso conjunto denúncias de torturas de todas as maneiras - espancamento nos rins, estômago, cabeça e outras partes do corpo; telefone; pau-de-arara; afogamento, também chamado de "caldo; ameaça de morte por fuzilamento, enforcamento, queda e outras formas; ameaça de tortura de familiares, etc - de isolamento,

incomunicabilidade e outras formas de violência de grande parte dos indiciados. No quadro abaixo estão relacionados os presos processados juntamente com Aluízio Palmar no processo nº 38.495. Note-se que dos vinte e um acusados, 20 registraram haverem sofrido severas torturas. Destes, um teve morte por queda sugerida como suicídio, possivelmente decorrente das condições da prisão (torturas) e um não há referências sobre a condição de preso:

Seq.	Nome do preso	Situação em relação a tortura
1	Aluízio Ferreira Palmar[22]	torturado
2	Antônio Rogério Garcia Silveira[23]	torturado
3	Antônio Santos Nunes[24]	torturado
4	Cesar Cabral[25]	torturado
5	Francisco das Chagas Cordeiro dos Santos[26]	torturado
6	Geraldo Galiza Rodrigues[27]	torturado
7	Hélio Gomes de Medeiros[28]	torturado
8	Herberto João Gonçalves Tavares[29]	torturado
9	Iná de Souza Medeiros[30]	torturada
10	Ivens Marchetti[31]	torturado
11	João Manoel Fernandes[32]	torturado
12	Jorge Medeiros Vale[33]	torturado
13	Josepf Bartholo Valvert[34]	torturado
14	Luiz Carlos de Souza[35]	torturado
15	Marcos Antônio Farias de Medeiros[36]	torturado
16	Martha Mota Lima Alvarez[37]	torturada
17	Mauro Fernandes de Souza[38]	não especificado
18	Rosane Reznik[39]	torturada
19	Rui Cardoso de Abreu Xavier[40]	torturado

[22] Vide Anexo Condor-070, p. 1-2.
[23] Vide Anexo Condor-070, p. 3-6.
[24] Vide Anexo Condor-070, p. 7.
[25] Vide Anexo Condor-070, p. 8.
[26] Vide Anexo Condor-070, p. 9.
[27] Vide Anexo Condor-070, p. 10.
[28] Vide Anexo Condor-070, p. 11.
[29] Vide Anexo Condor-070, p. 12-13.
[30] Vide Anexo Condor-070, p. 14-16.
[31] Vide Anexo Condor-070, p. 17.
[32] Vide Anexo Condor-070, p. 18-19.
[33] Vide Anexo Condor-070, p. 20.
[34] Vide Anexo Condor-070, p. 21.
[35] Vide Anexo Condor-070, p. 22-23.
[36] Vide Anexo Condor-070, p. 24-25.
[37] Vide Anexo Condor-070, p. 26.
[38] Vide Anexo Condor-070, p. 27.
[39] Vide Anexo Condor-070, p. 28.
[40] Vide Anexo Condor-070, p. 29-30.

20	Sebastião Medeiros Filho[41]	torturado
21	Reinaldo Silveira Pimenta	morto

Em janeiro de 1971, Aluízio Palmar juntamente com outros 69 presos políticos foi trocado pelo Embaixador da Suíça no Brasil e enviado para o Chile. No país andino ficou um ano e meio preparando-se para voltar ao Brasil e coordenando por um período a estrutura da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, naquele país.

Vários documentos reforçam o intenso monitoramento[42] que a repressão promoveu sobre Aluízio no Brasil e exterior. O interrogatório nº 86/74, de 16 de julho de 1974, oriundo do CODI do Rio de Janeiro, revela não só os movimentos de Aluízio, mas também o interesse dos militares no local de residência de sua família:

> "13. Que na volta ao Brasil o depoente esteve com a mulher de ´Lucho` em Foz do Iguaçu; que a mulher era conhecida no local como ´D. Flora` e era costureira; que o depoente entregou a ´D. Flora` um bilhete fechado mandado por ´Lucho` e acredita fazer ´D. Flora` parte do esquema de entrada de elementos da VPR de volta ao Brasil; que a grosso modo o croqui para se localizar a casa de ´D. Flora` é o seguinte [...]

[41] Vide Anexo Condor-070, p. 31-32.

[42] O monitoramento de brasileiros no exterior, com uso de agentes infiltrados e "cachorros" aparece em inúmeros documentos que revelam o trânsito intenso e a cooperação estratégica entre as ditaduras do cone sul, tanto na fase anterior à Operação Condor como em plena operação. O "Capítulo 5 – A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior "e o " Capítulo 6 – Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor" do relatório da Comissão Nacional da Verdade é especial revelador sobre como a repressão brasileira atuou contra seus nacionais em territórios estrangeiros. Vide http://www.cnv.gov.br/ .

> 14. que reconhece ´Lucho` na fotografia de Aluízio Ferreira Palmar (´André`), banido do território nacional [...]; que Aluízio Ferreira Palmar (´Lucho`, ´André`) era mais ligado a Onofre Pinto e de ter permanecido com ele [...][43]

O informe nº 05/72-IDN, do Setor de Segurança e Informações da 11ª Divisão da Rede Ferroviária Federal S.A, cuja sigla é identificada como "SETS/11ªDV/RFFSA" e difundido para "E2/5ª RM - DPF/DR/PR – SNI/ACT – 5ª DN – DOPS/PR", é expressivo ao afirmar nas primeiras linhas a existência de um informante, dentre tantos, que atuava fora do território brasileiro:

> "1 - ALUIZIO FERREIRA PALMAR foi visto por informante em Assunção nos dias 10/2 e 13/2 p.passados.
>
> 2 - Secundo a mesma fonte, a esposa e filha do epigrafado já se radicaram em Foz do Iguaçu, enquanto ALUIZIO estaria homiziado em Posadas ou em algum outro local da fronteira Argentina-Paraguai.
>
> 3 - Consta ainda que teriam eles desistindo de algum antigo projeto de realizar curso superior na Dinamarca para que ALUIZIO faça treinamento de guerrilhas no Chile."[sic][44]

---

[43] Vide Anexo Condor-064, p. 3.
[44] Vide Anexo Condor-065 e Anexo Condor-066.

Em junho de 1972, Aluízio Palmar saiu do Chile disfarçado, acompanhado pelo militante do Exército de Libertação da Bolívia, David Acebey Delgadillo e se instalam na região divisa entre o Brasil e Argentina, fronteira Paraná, Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul.

O plano era organizar bases de adaptação e rotas de entrada no território brasileiro para os quadros da VPR que estavam no Chile e em Cuba.

Durante esse período de sua militância política, seus contatos no Paraná, todos coordenadores de grupos, José Carlos Mendes e Lauro Consentino, na região Oeste; Hatsuo Fukuda, em Curitiba, João Roberto Castro de Pinho, na região Centro-Norte do Paraná, estavam rigidamente estancados, sem contatos diretos entre si e sem contato direto com Aluízio, numa tentativa de evitar que a ditadura brasileira descobrisse quem eram e suas localizações.

Em janeiro de 1974, ano marcado pela intensificação das operações de caça aos comunistas, como a Operação Marumbi no Paraná, Barriga Verde em Santa Catarina, etc, Aluízio Palmar foi à Buenos Aires, distante 1.200 quilômetros de sua base operacional, para ter um contato com João Roberto Castro Pinho. O assunto era a desmobilização completa da VPR. As organizações da resistência armada estavam “depondo armas” e seus militantes desmobilizados. Enquanto esperava o horário do encontro com o contato que atuava em Apucarana e cidades vizinhas, Aluízio saiu a passear pelo centro de Buenos Aires e casualmente viu à distância, na esquina da Avenida Corrientes com a Rua Florida, Onofre Pinto conversando com o ex-sargento de Brigada Gaúcha, Alberi Vieira dos Santos. Aluízio entrou em um café, para não ser visto, mas em seguida, poucos minutos após, apareceu Alberi que tocou no seu ombro e após as conversas de praxe, disse que tinha um esquema de entrada clandestina por Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná e uma forte base de apoio camponesa e militância instalada nas regiões oeste e sudoeste. Alberi revelou que tinha conhecimento do trabalho que Palmar desenvolvia na região e o convidou para unir os dois trabalhos numa frente comum de luta. Disse ainda que no projeto estava Onofre Pinto e outros quadros da VPR. Palmar marcou um encontro para mais tarde, à noite

e saiu às pressas de volta para sua base operacional, onde ficou até ir para o Rio de Janeiro e aguardar a Anistia Política. Este episódio, relatado no caso da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, entrelaça os destinos de Aluízio e dos seis militantes da VPR, em um desfecho trágico do qual Aluízio escapou e que transformaria sua vida numa missão de busca pela verdade, traduzida em parte no livro Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?[45]

A morte de Aluízio chega a ser noticiada na imprensa. Os jornais do dia 30 de março de 1979, como o Jornal do Brasil, publicam matéria informando que Aluízio Palmar, juntamente com Madre Maurina haviam sido absolvidos em IPM da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar e que Aluízio estaria morto ou desaparecido. Uma das chamadas, na Folha de São Paulo, estampa: "Ex-banido morto é absolvido no Rio".[46]

Agentes Repressão envolvidos

- Agostinho Cardoso Neto, delegado de Polícia, Cascavel, 1969.
- Tenente Mário Espedito Ostrovski, 2ª seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.
- Capitão Marion Joel Gralha, 2ª seção do 1º Batalhão de Fronteira, Foz do Iguaçu.
- Fábio Guttemberg, agente da Polícia Federal – Curitiba – Paraná.
- Aluízio Marques de Vasconcelos, Capitão de Infantaria, PE – Curitiba – PR.
- Capitão de Corveta Alfredo Magalhães, Ilha das Flores, RJ.
- Ozias Algauer, chefe da DOPS, Curitiba - PR.

Recomendações:

[45] PALMAR, Aluízio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa Dos Editores, 2007
[46] Vide Anexo Condor-067

Que este relatório seja enviado ao Ministério Público Federal para oferecimento de denúncia crime contra os militares abaixo relacionados (se ainda vivos) por formação de quadrilha, sequestro, tortura e tentativa de homicídio de Aluízio Ferreira Palmar:

- Agostinho Cardoso Neto, delegado de Polícia, Cascavel, 1969
- Tenente Mário Espedito Ostrovski, 2ª seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.
- Capitão Marion Joel Gralha, 2ª seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.
- Fábio Guttemberg, agente da Polícia Federal Curitiba Paraná
- Aluízio Marques de Vasconcelos, Capitão de Infantaria, PE Curitiba PR.
- Capitão de Corveta Alfredo Magalhães, Ilha das Flores, RJ.
- Ozias Algauer, chefe da DOPS, Curitiba - PR.